



Resenha: A Esquerda e Direita frente à Ética

Ladislau Dowbor⁹¹

“Mentimos, trapaceamos e justificamos tão bem que passamos a acreditar honestamente que somos honestos.”
Jonathan Haidt

Jonathan Haidt – *The Righteous Mind: Why Good People Are Divided by Politics and Religion* – (A mente moralista: por que boas pessoas são divididas pela política e pela religião) – Pantheon Books, New York, 2012, 420 p. - ISBN 978-0-307-37790-6

Uma resenha não implica necessariamente apontar o que temos de novo no mercado editorial. No presente caso, trata-se de realçar a importância de um pequeno clássico que ajuda a entender a irracionalidade nos nossos comportamentos políticos e econômicos. Estamos numa época em que precisamos racionalmente dimensionar o peso da irracionalidade, e de como se consegue encobrir com justificativas racionais comportamentos frequentemente absurdos. A barbárie sempre encontra boas “razões”, ou racionalizações.

É difícil traduzir a expressão inglesa “self-righteousness”. Expressa a profunda convicção de uma pessoa de que domina os outros da altura da sua elevada postura ética. Em geral leva a comportamentos estreitamente moralistas e intolerantes. E frequentemente vemos atos violentos justificados com fins altamente morais. Não há barbárie que não se proteja com argumentos de elevada nobreza. Sentimento que permite soltar as rédeas do ódio, aquele sentimento agradável de odiar com boas razões. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade representou um marco histórico da hipocrisia na defesa de privilégios. Vieram mais marchas e manifestações, a hipocrisia tem pernas longas. As invasões de países se dão em geral para proteger as populações indefesas, as ditaduras para salvar a democracia, os ataques a diferenças de opções sexuais são feitos da altura moral de quem usa os buraquinhos como se deve.

Jonathan Haidt, no seu livro *The Righteous Mind*, que traduziremos aqui por ‘a mente moralisante’, para distinguir da pessoa meramente ‘moral’, parte de um

⁹¹ Ladislau Dowbor, economista, é professor da PUC-SP e consultor de várias agências das Nações Unidas. Os seus trabalhos estão disponíveis online (*Creative Commons*), na página <http://dowbor.org>. Contato Ladislau@dowbor.org



problema relativamente simples: como é que a sociedade americana se divide, de maneira razoavelmente equilibrada, em democratas e republicanos, cada um acreditando piamente ocupar a esfera superior na batalha ética, e considerando o adversário como hipócrita, mentiroso, enfim, desprovido de qualquer sentimento de moralidade? O imoral, é o outro. E no entanto, de cada lado há pessoas inteligentes, sensíveis, por vezes brilhantes – mas profundamente divididas. Em nome da ética, o ódio impera.

O tema, evidentemente, não é novo. Um dos livros de maior influência, até hoje, nos Estados Unidos, é *O Dilema Americano*, de Gunnar Myrdal, dos anos 1940, que lhe valeu o prêmio Nobel. É uma das análises mais finas não dos Estados Unidos, mas do bom americano médio, e de como cabem na mesma cabeça a atitude compenetrada no serviço religioso da sua cidade, a profunda convicção da importância da liberdade e dos direitos humanos, e práticas como a perseguição dos negros? O livro é muito inteligente, e correto. Myrdal adverte que desautoriza qualquer uso da sua análise para um antiamericanismo barato. O objetivo dele não é defender ou atacar, é entender. Mas conclui que “o problema negro”, nos Estados Unidos, “é um problema dos brancos”. A análise, naturalmente, poderia ser estendida para muito além da mente americana.

O campo de trabalho de Haidt é a disciplina chamada psicologia moral, *moral psychology*. Estuda justamente como se articulam, em termos psicológicos, as construções dos nossos valores, e em particular os valores que podemos qualificar de políticos. Com quê base real passamos a achar que o que fazemos é moralmente certo, ou correto? Através de quê mecanismos o que era razão se transforma em mera racionalização de emoções subjacentes?

Há as leis, naturalmente, mas estas definem o que é legal, e frequentemente as leis foram elaboradas por quem as manipula, tornando legal o que é moralmente indefensável. Os paraísos fiscais permitem às corporações pagar poucos impostos, o que não é viável para a pequena empresa. Não é ilegal declarar a sua sede no paraíso fiscal, e evitar assim de pagar impostos no país onde a empresa funciona, enquanto os seus empregados naturalmente pagam os impostos normalmente, inclusive porque são deduzidos na folha de pagamento. Basta ser legal para ser



ético? Snowden, ao revelar a amplitude da invasão da privacidade e do uso invasivo das tecnologias de rastreamento da NSA, cometeu um ato ilegal, do ponto de vista da justiça americana (ainda que com controvérsias), mas o fez, com risco próprio, por razões éticas. Os que lutavam contra a escravidão eram presos e condenados. Mandela pagou 30 anos da sua vida por combater um regime legal, mas medieval. Os republicanos qualificam Snowden de traidor, como a Máfia considera traidor quem não se solidariza com o grupo, ainda que seja para cometer crimes. A ética pode ser muito elástica.

Há um referencial confiável, um valor absoluto? Durkheim escreveu que “é moral tudo que é fonte de solidariedade, tudo que leva o homem a regular as suas ações por algo mais do que o seu próprio egoísmo”. Haidt busca “os mecanismos que contribuem para suprimir ou regular o auto-interesse e tornam as sociedades cooperativas.” (270) Paulo Freire, que era um homem simples, mas não simplório, resumia a questão, dizendo que queria “uma sociedade menos malvada”. Com que mecanismos psicológicos grupos sociais conseguem justificar em termos éticos o que claramente traz danos aos outros, e vantagens para elas? Chamemos isto de racionalizações, coisa que Haidt chama de raciocínio motivado (*motivated reasoning*). (159)

Haidt entra no coração das racionalizações. A visão é de que buscamos mais *parecer* bons do que *ser* bons. “Mentimos, trapaceamos e dobramos regras éticas frequentemente quando achamos que podemos sair impunes, e então usamos o nosso raciocínio moral para gerir as nossas reputações e justificar-nos junto aos outros. Acreditamos no nosso raciocínio *a posteriori* tão profundamente que terminamos moralisticamente (*self-righteously*) convencidos da nossa própria virtude”. Somos tão bons nisto, que conseguimos enganar até a nós mesmos. (190, xv)

A visão geral de Haidt é que o raciocínio serve essencialmente para justificar o que já foi decidido por outros mecanismos, intuitivos: “É o primeiro princípio: as intuições chegam em primeiro lugar, o raciocínio estratégico em segundo” (xiv). O que resulta é um raciocínio de confirmação, não de análise e compreensão: “Que chance existe que as pessoas pensem de mente aberta, de



forma exploratória, quando o auto-interesse, a identidade social e fortes emoções as fazem querer ou até necessitar chegar a uma conclusão preordenada?” (81)

Provavelmente o maior interesse do livro de Haidt, é que nos permite entender um pouco melhor este nosso poço escuro de ódios e identificações políticas, ao detalhar, baseado em pesquisas, a diversidade das motivações. Ele trabalha com uma “matriz moral” de seis eixos, que estão por trás das nossas atitudes de solidariedade ou de indignação, de aprovação ou de ódio.

O primeiro é o “cuidar” (*care*), que nos faz evitar causar danos aos outros, querer reduzir sofrimentos. Está dentro de todos nós. Ao ver um cachorrinho ser maltratado, ficamos indignados, ainda que não gostemos de cachorro. É um motor poderoso, que exige, inclusive, que as pessoas que massacram ou torturam outras precisem “desumanizar” a sua vítima, transformá-la em objeto fictício: É um terrorista, um comunista, um marginal, um gay, uma puta, qualquer coisa que a rebaixe do status de pessoa, permitindo o tratamento desumano. O garotão de classe média que atea fogo ao mendigo se sente, inclusive, mais “pessoa”. Está “acima”. O mendigo não é pessoa, é mendigo. Vai trabalhar, vagabundo.

A liberdade (*liberty*) constitui outro vetor de valores, com o correspondente repúdio à opressão. Naturalmente, para muitos, a liberdade significa também a liberdade de oprimir, mas para isto precisam aqui também reduzir a dimensão humana de quem oprimem. Os doutores do direito canônico resolveram assim o dilema de se defender a liberdade de ter e de caçar escravos: o negro não teria alma. Os vietnamitas foram massacrados para proteger o seu direito à liberdade. Assim todo valor precisa criar as suas hipocrisias para ser violentado. Foi em nome da liberdade que nos Estados Unidos e aqui no Brasil repelimos a limitação das armas de fogo pessoais, ainda que se saiba que os donos são as primeiras vítimas. E no entanto, reconhecemos sim a aspiração à liberdade como um valor fundamental, que orienta as nossas opções éticas.

Um terceiro vetor de valores está no que consideramos de tratamento justo, ou não desigual. Em inglês, o conceito utilizado, *fairness*, fica mais claro. Milhões de brasileiros ficam indignados em cada fim de semana, quando o árbitro dá um cartão amarelo por uma falta, e não dá o mesmo cartão em falta semelhante do



outro time. Se o cartão foi merecido ou não, é até secundário, gera indignação o tratamento desigual. Critério ético perfeitamente válido, e têm razão milhões que vêm como escandaloso o tratamento desigual na justiça, que ostenta no seu símbolo a balança, a imparcialidade. O sentimento é muito enraizado. Pesquisa com macacos mostram que se um macaco recebe uma comida mais gostosa, os outros que receberam a mesma comida que sempre comeram e gostaram, se recusam a comer. Ficam indignados.

Um quarto vetor é o da lealdade (*loyalty*) que nos faz buscar adotar os valores do nosso grupo, considerando traidor quem não os adota. Muito utilizado nas forças armadas, o *esprit de corps*, faz com que por exemplo militares jurem com toda tranquilidade que os seus colegas não torturaram, ou não estupraram, porque se sentem leais aos seus companheiros, esta lealdade superando inclusive a consideração ética sobre o crime cometido. Gera inclusive um agradável sentimento de pertencimento heroico ao grupo. Um filme famoso, com Al Pacino, *Perfume de Mulher*, é centrado neste tema: um jovem universitário que constatou uma pequena bandidagem dos seus colegas, recusa-se a denunciá-los, ainda que o ameacem de prejudicar o seu futuro universitário. O sofrimento dele permeia todo o filme, justamente porque é um rapaz profundamente ético.

Um quinto conjunto de valores está centrado na autoridade (*authority*) que nos faz considerar ético o que os líderes decidem, e chamar de subversivos os que se rebelam. Esta identificação *a priori* com a autoridade é profundamente escorregadia, em particular porque nos permite fazer qualquer coisa com a justificativa que estávamos cumprindo ordens. Aqui, um maravilhoso texto de Hannah Arendt nos ajuda muito, pois nos permite entender que não se trata apenas de criminalizar quem se esconde atrás do argumento de autoridade, trata-se de aprofundar como funciona a banalização do mal, e o tipo de ódio que muita gente tem contra quem os priva do que consideram ódio legítimo.⁹² Vá dizer a pessoas de direita que o julgamento do STF foi preconceituoso: ficam apopléticos, estamos privando-os do gosto do seu ódio, ainda que só cego não veja as distorções, mas estas exigem o uso da razão, a capacidade de contestação objetiva.

⁹² Veja a respeito o meu texto sobre o filme Hannah Arendt, sobre a banalização do mal, em <http://dowbor.org/2013/08/hannah-arendt-alem-do-filme-agosto-2013-3p.html/>



Há uma experiência muito conhecida, com estudantes universitários, chamados a dar choques elétricos em pessoas desconhecidas, a pedido de funcionários com batas de médico, que justificavam que se trata de uma experiência científica. A maioria dos estudantes não se fez de rogada.

O último vetor de justificativas éticas levantado por Haidt é o da santidade, (*sanctity*) ligada a valores sagrados como tradições ou razões religiosas, que nos fazem condenar ao fogo do inferno quem não acredita em outras visões de mundo.(297) Aqui temos um prato cheio. Uma leitura básica é o famoso manual de instruções da inquisição, que ensinava por exemplo que as mulheres suspeitas de bruxaria ou de serem possuídas deviam ser torturadas nuas, pois as fragiliza, e de costas, pois as expressões de dor e de desespero causados pela tortura, obra naturalmente do próprio demônio, podiam ser tão fortes que poderiam amolecer o inquisidor. Tudo em nome de Jesus, da caridade, do amor ao próximo. As mutilações de meninas, a quem se corta (sem anestesia) os lábios externos da vagina (*clisteroctomia*), atingem milhões de crianças. Estamos no século 21.

Ao comparar as visões em inúmeras entrevistas de pessoas no espectro político completo, da esquerda até os mais conservadores, Haidt constata que há uma graduação muito clara relativamente a quais elementos da matriz se dá mais importância. Assim, a esquerda dá muito mais importância aos três primeiros eixos, ligados portanto a não fazer dano, não machucar, a reduzir o sofrimento e assegurar o cuidado; à luta contra a opressão e pela liberdade; e às regras limpas do jogo, com igualdade de tratamento, a chamada justiça social. Inversamente, a direita dá menos valor aos primeiros, e concentra as suas visões na lealdade de grupo (veja-se a KKK por exemplo), à autoridade e a correspondente obediência, e ao respeito de valores considerados sagrados no sentido em boa parte religioso, onde muitas vezes o sagrado mistura o político e o religioso, como no *Gott mit Uns* dos nazistas, acompanhado do símbolo da *swastika*. O fato de milhões ficarem fanatizados, num país que não poderia ser considerado de baixo nível educacional, é significativo. Não se trata de educação, e sim de instituições, de cultura política.

A conclusão interessante de Haidt, que é um confesso *liberal*, no sentido americano, por tanto correspondente ao que seria um progressista entre nós, é que



a direita usa argumentos e sentimentos que calam fundo nas pessoas, pois mais fortemente ancoradas nas emoções, nos sentimentos de grupo, coesão, bandeira, religiosidade, autoridade e obediência. São mensagens que ecoam mais fortemente no emocional do que no raciocínio, e que em particular permitem dar uma aparência de legitimidade ética ao ódio. A direita americana, por exemplo, sempre agitou um demônio – externo naturalmente – para justificar tudo e qualquer coisa: Foram utilizados Khadafi, Saddam Hussein, Osama Bin Laden, até Fidel Castro, e hoje o terrorismo em geral. No Brasil temos o ótimo exemplo da Veja, que vive de agitar ódio contra demônios que explicariam todos os males. Funciona. Mas não resolve nada.

Explicar o drama de pessoas que passam fome (eixo *harm*) e as estatísticas de mortalidade infantil apela muito mais para o raciocínio, que não tem o mesmo efeito mobilizador do que os argumentos que atingem o fundo emocional, por exemplo contra os imigrantes. Apelar para o emocional, inclusive quando se utiliza os primeiros eixos que são mais característicos da esquerda – por exemplo nos movimentos anti-aborto – dá à direita vantagens de um discurso simplificado e que pega mais no fígado do que na razão, como por exemplo a bandeira dos *marajás* do Collor, ou da *vassourinha* de Jânio Quadros.

Haidt busca um mundo mais equilibrado. Não desaparecerão as motivações mais valorizadas na direita. Mas o essencial do livro é que nos faz entender melhor as raízes emocionais da razão, a facilidade com a qual se constroem pseudo-razões e fanatismos. Ajuda-nos por exemplo a entender como se constrói uma campanha contra a presença de médicos cubanos em regiões onde médicos nossos não querem ir, projeto inatacável do ponto de vista humanista. Inúmeras razões são apresentadas, mal encobrindo um ódio ideológico que é a verdadeira razão. O ódio, como fenômeno de massas, é contagioso. Explicar racionalmente um projeto é muito menos contagiante.

Haidt se preocupa em particular com o poder que simplesmente não tem contas morais a prestar, o universo das grandes corporações. “Se o passado serve para nos iluminar, as corporações crescerão para se tornarem cada vez mais poderosas com a sua evolução, e elas mudam os sistemas legais e políticos nos

países onde se instalam para gerar um ambiente mais favorável. A única força que resta na terra para enfrentar as maiores corporações são os governos nacionais, alguns dos quais ainda mantêm o poder de cobrar impostos, regular, e dividir as corporações em segmentos menores quando se tornam demasiado poderosas". (297) Vem-nos à lembrança a frase de Milton Friedman, da escola de Chicago, de que as empresas, como as paredes, não têm sentimentos morais. Ou a visão proclamada em *Wall Street: Greed is Good*, a ganância é boa. Parece que uma parte do universo escapa a qualquer ética. O filme *O Lobo de Wall Street* vem naturalmente à memória. O personagem real da história deu entrevistas dizendo que o filme não exagerou nada. Chega o denominador comum que assegura a absolvição por atacado: todos fazem, não fizemos nada que toda Wall Street não faça.

Aqui a dimensão é outra, pois se trata da diluição das responsabilidades nas instituições. Joseph Stiglitz, ex-economista chefe do Banco Mundial, "Nobel" de economia, e insuspeito de esquerdismo, resumia a questão em pronunciamento na ONU sobre direitos humanos e corporações: "Mas infelizmente, a ação coletiva que é central nas corporações mina (*undermines*) a responsabilidade individual. Tem sido repetidamente notado como nenhum dos que estavam encarregados dos grandes bancos que trouxeram a economia mundial à borda da ruína foi responsabilizado (*held accountable*) pelos seus malfeitos. Como pode ser que ninguém seja responsável? Especialmente quando houve malfeitos (*misdeeds*) da magnitude dos que ocorreram nos anos recentes?" Quando somos uma massa, e que todos fazem mais o menos o mesmo, o que pode ser linchamento de um rapaz na favela, ou massacres numa guerra, mas muito mais prosaicamente uma gigantesca corporação onde tudo se dilui, a ética se torna tão diluída que desaparece.

Ninguém gosta de se achar pouco ético. E nossas defesas são fortes. Não posso deixar de citar aqui o texto genial de John Stuart Mill, de 1861, escrevendo sobre a sujeição das mulheres na Grã Bretanha da época, quando eram reduzidas a palhacinhas decorativas e proibidas de qualquer participação adulta na sociedade e na construção dos seus destinos. Ao ver a dificuldade de penetrar na mente

preconceituosa, Mill escreve: "Enquanto uma opinião estiver solidamente enraizada nos sentimentos (*feelings*), ela ganha mais do que perde estabilidade quando encontra um peso preponderante de argumentos contra ela. Pois se ela tivesse sido construída como resultado de uma argumentação, a refutação do argumento poderia abalar a solidez da convicção; mas quando repousa apenas em sentimentos, quanto pior ela se encontra em termos de argumentos, mais persuadidos ficam os seus defensores de que o que sentem deve ter uma fundamentação mais profunda que os argumentos não atingem; e enquanto o sentimento persiste, estará sempre trazendo novas barreiras de argumentação para consertar qualquer brecha feita ao velho."

A mensagem de Haidt não é de passar a mão na cabeça da esquerda ou da direita, e sim de sugerir que tentemos entender melhor como se geram os agrupamentos políticos, as identificações com determinadas bandeiras, os eventuais fanatismos, e as formas primárias de como dividimos a sociedade em bons e maus. O maniqueísmo é perigoso. Quando vemos que os mesmos homens podem ser autores de atos abomináveis e heroicos, o que interessa mesmo é construir instituições que permitam que se valorize as nossas dimensões mais positivas. Nas palavras de Haidt, criar "os contextos e sistemas sociais que permitam às pessoas pensar e agir bem."(92)

Referências

Joseph Stiglitz - 2013 UN Forum on Business and Human Rights <http://www.ohchr.org/Documents/Issues/Business/ForumSession2/Statements/JosephStiglitz.doc>

John Stuart Mill - *The Subjection of Women* - [1861] - Dover Publications, New York, 1997

Ladislau Dowbor - *Hannah Arendt: além do filme* - 2013, <http://dowbor.org/2013/08/hannah-arendt-alem-do-filme-agosto-2013-3p.html/>

Gunnar Myrdal - *An American Dilemma: the negro problem and modern democracy* - 1944 - inúmeras edições, inclusive em português.